

# A FORMAÇÃO DA ECONOMIA DAS PLANTAÇÕES FLORESTAIS NOS VALES DO RIO DOCE E DO AÇO DE MINAS GERAIS (1940-2000): NOTAS SOBRE HISTÓRIA ECONÔMICA E AMBIENTAL DE UMA REGIÃO

Múcio Tosta Gonçalves

Mestrado Profissional em Economia de Empresas - FEAD

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: mucio.goncalves@fead.br

## Resumo

A dinâmica da formação de qualquer território é histórica; isso significa dizer que as heranças social e material recebidas pelos sujeitos que compõem um território definem a sociedade, do mesmo modo como o fazem a memória e os sentidos – materiais e culturais - que são dados à ocupação territorial. Portanto, os territórios são um substrato das ações dos seres humanos e de conflitos sócio-ambientais, ambos por sua vez produtos de uma história. Partindo dessas perspectivas, o presente artigo pretende analisar como ocorreu a formação de uma “região” do estado de Minas Gerais, inserida no Vale do Rio Doce e na área urbana denominada Vale do Aço, considerando-se as estratégias adotadas tanto pelas grandes companhias produtoras de aço e de pasta de celulose que aí se instalaram quanto as alternativas desenvolvidas pelos produtores rurais familiares e pelos trabalhadores das plantações de eucaliptos diante das transformações de suas condições de vida e de existência nesse território, originalmente formado pela Mata Atlântica. Para tanto, serão privilegiadas as análises dos seguintes processos: (1º) o da produção e qualificação do território como possuidor de uma “vocação florestal” (baseado nos objetivos das empresas produtoras e consumidoras de madeira e/ou de carvão vegetal de extrair suas matérias-primas por meio da domestica o do espaço rural local) e (2º) o da formula o de uma alternativa desenhada pelos trabalhadores e por mediadores sociais e políticos (locais e externos). Na interpreta o dos determinantes materiais, culturais e políticos que permitiram a constru o de ambos os processos, o artigo enfatiza as condi es geográficas e econ micas utilizadas pelas companhias capitalistas na formula o e implementa o de seus projetos territoriais e as respostas construídas pelos trabalhadores e mediadores sociais e políticos. Finalmente, o artigo avalia os limites das a es desenvolvidas por estes últimos atores, levando em considera o as dificuldades de constru o de alternativas politicamente sustentáveis ao modelo de moderniza o representado pela lógica das planta es florestais.

**Palavras Chave:** Planta es Florestais, Território, Agricultura Familiar, Rio Doce; Vale do Aço.

## **A formação da economia das plantações florestais nos Vales do Rio Doce e do Aço de Minas Gerais (1940-2000): notas sobre história econômica e ambiental de uma região**

Múcio Tosta Gonçalves

Mestrado Profissional em Economia de Empresas - FEAD

### **1. Ensaio preliminar sobre a construção da questão florestal**

Para Brito, Oliveira e Junqueira (1997, p. 53) a íntima ligação entre a evolução histórica da economia mineira e o desmatamento decorreu do fato que houve uma despolitização da "questão das florestas" por meio da redução destas últimas à condição de meras fornecedoras de energia para os mais diversos fins domésticos e comerciais. Entretanto, a análise de um dos principais processos de ocupação territorial e de substituição de matas nativas por "florestas" plantadas parece apontar no sentido contrário.

Na verdade, a política de recursos florestais no Brasil, e em especial no sudeste industrializado, vem sendo dirigida para produzir o controle dos recursos madeireiros e das florestas como insumos urbano-industriais. Contudo, simultaneamente a essa posição existe uma outra, que se solidificou somente a partir da emergência - no interior da sociedade - de algumas demandas contrárias à situação de degradação dos ecossistemas florestais. E essa última condição, que data das primeiras décadas do século XX, contém muitos dos aspectos precursores do ambientalismo nacional (PÁDUA, 1987; 1991).

Nota-se, no seio da intelectualidade brasileira a partir dos primeiros anos do século XX, a construção de uma preocupação que movimentou interesses privados e públicos envolvidos com as políticas públicas e com a defesa de interesses da agricultura em todo o país. Na base da movimentação estava um "ideário" centrado na defesa da terra e dos recursos florestais, bens públicos que estavam sendo dilapidados pelo modo como a agropecuária nacional se expandia, especialmente por causa do uso do chamado sistema de derrubada e queima e da rotação de terras. Isso não impedia, porém, que boa parte desse libelo "conservacionista" estivesse orientado pela identificação da terra e das florestas como elementos para o processo de crescimento - portanto, subordinados às necessidades e à "racionalidade" da produção e da técnica (TORRES, 1982; PEDROSO, 1952; SOUZA, 1956; PÁDUA, 1987; GONÇALVES, 1990; 1999).

Exatamente por isso, apesar da distância das intenções, as posições conservantistas demandantes da modernização do uso dos recursos terra e florestas acabaram repercutindo na bateria dos argumentos industrialistas, voltados para a defesa do "uso racional" - ou da criação das condições de fornecimento de produtos florestais de baixo custo, notadamente o carvão vegetal e a lenha para fins industriais - ou daquilo que Louis Ensich, industrial belga radicado em Minas Gerais a partir da década de 1920 para desenvolver o projeto da CSBM, definiu como a promoção da substituição das formações arbóreas nativas por outros tipos de florestas que, por sua "natureza", permitiriam um "*aproveitamento organizado*" da madeira (ENSCH, 1953; GONÇALVES, 1990).

Numa sociedade largamente dependente do combustível derivado da carbonização da madeira, estas questões revestiam-se da maior importância, já que tanto as unidades domésticas quanto as industriais eram grandes consumidoras de lenha e carvão vegetal. No caso da utilização industrial da floresta como biomassa vegetal, ela significava geração de poder calorífico para o processamento e a movimentação de matérias primas e máquinas e, ainda, a produção de mudanças físico-químicas de diversos materiais, além de representar um expressivo insumo num "sistema domiciliar de

produção”, no qual a lenha “representava a energia essencial ... [para as] funções de primeira importância na nutrição e na saúde pública da população” (cf. DEAN, 1987, p. 45).

Também o paulatino movimento de urbanização - que se intensificou a partir dos anos 1930 em todo o país - teve na floresta uma fonte potencial de recursos, uma vez que a construção civil depende de madeira sob diversas formas (escoras, cimbres, portas, ameias, tacos etc.). Da mesma forma, a expansão das ferrovias, além de contar com a mata como fornecedora de insumo energético até a introdução das máquinas movidas a óleo diesel, no final dos anos 1940, dependia da oferta de madeiras duras (de lei) para a instalação de dormentes.

Como no resto do país, em Minas Gerais também as diversas formas de utilização das florestas para fins energéticos e de construção foram uma permanente fonte de pressão sobre os recursos florestais. Partindo das informações do Mapa elaborado por Gonzaga de Campos (diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil), Minas tinha em 1911 cerca de 47% do seu território coberto por florestas e, ao final da década 1950, apenas cerca de 15%. A devastação atingira a espantosa cifra de 4.700 km<sup>2</sup> anuais de matas derrubadas (cf. CEEA, 1959), mas, mesmo com a evidência de que o estilo de crescimento industrial e demográfico urbano era o que pressionava as áreas ainda florestais, vingou a idéia de que era a agropecuária "nômade" quem provocava a deterioração e apressava o esgotamento dos solos.

Assim, por exemplo, o Conselho Estadual de Economia e Administração - CEEA argumentou em um estudo datado de 1959 que quase metade do desmatamento verificado em Minas proveio do avanço daquela agricultura nômade. Essa afirmação, oficial, foi sustentada mesmo contra a evidência que o consumo doméstico, as indústrias madeireiras, o transporte ferroviário e, por fim, o desenvolvimento da siderurgia fossem também identificados como fontes importantes da devastação. Mas havia, na verdade, uma ligação entre a crítica à agricultura nômade destrutiva e a política de titulação de terras, perpassada por uma apologia do progresso.

Ao atribuir à agricultura “tradicional” o qualificativo de devastadora (conforme afirmado em relatórios do Serviço de Fiscalização de Terras e Matas da Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio de Minas) - o Estado favoreceu uma primazia da ordem privada sobre a esfera pública (MOTTA, 1998; MARTINS, 1994). Ao vincular o sistema de posse dos pequenos agricultores à degradação dos solos e das florestas, apontando como solução a regularização fundiária, o Estado mineiro contribuiu para afirmar a precedência dos interesses particulares dos agentes econômicos “modernos” sobre os bens públicos terra e recursos florestais. Adicionalmente, na percepção conservacionista, a perspectiva era que o processo destrutivo derivado do uso “tradicional” dos recursos naturais significava um atraso para a própria industrialização.

Nesse âmbito, e tendo em vistas as suas necessidades, a siderurgia organizou e solucionou por si mesma a "sua parte" do problema. No bojo do processo de desenvolvimento da siderurgia estadual, as alternativas que se colocaram para o fornecimento de carvão vegetal à indústria culminaram com a adoção e defesa do "reflorestamento" como parte integrante da expansão empresarial desse ramo industrial. Uma questão central envolvida nessa definição do “reflorestamento” como ato de criação de um estoque renovável de carbono era a de que as florestas circunvizinhas à região das usinas estavam desaparecendo, comprometendo o abastecimento da indústria. Como a quase totalidade do carvão vegetal consumido provinha de florestas nativas (até a década de 1960), urgia criar condições para a reposição dessa fonte (conforme discutido em GONÇALVES, 1990).

A expansão do parque produtor siderúrgico mineiro, desde o início do século, com a criação de diversas empresas produtoras de ferro-gusa, só agravou a situação de pressão sobre os recursos florestais, reforçando o interesse pelo plantio próprio das chamadas “florestas de rendimento”.

A partir dos anos 1940, numa iniciativa capitaneada pelos grandes produtores integrados de ferro-gusa e de aço, a Belgo-Mineira e Acesita, e seguido por uma série de outras empresas (Cia. Queiróz Jr., Cia. Ferro Brasileiro, Siderúrgica Itatiaia, Cia. Siderúrgica Santo Antônio, Mineração e Usina Wigg) foram realizados vários programas próprios de “reflorestamento”.

Em 1948, buscando a produção autônoma de carvão vegetal, a CSBM criou seu Serviço Florestal, no que foi seguida pela Acesita, que criou o seu em 1949. Uma série de outras empresas enveredou pelo mesmo caminho, tendo em vista a própria "sobrevivência", como então apregoavam o próprio setor e o Estado mineiro: a Cia. Queiróz Jr., a Cia. Ferro Brasileiro, a Siderúrgica Itatiaia, a Cia. Siderúrgica Sto. Antônio, a Mineração e Usina Wigg, a Mineração e Siderurgia da Gandarela, dentre as principais companhias que desde antes dos anos 1940 já tinham iniciado programas de reflorestamento (com diversas essências arbóreas, inclusive *Eucalyptus spp.*).

A situação das principais empresas siderúrgicas mineiras no início dos anos 1950, de acordo com dados coletados em relatório do Ministério da Agricultura de 1951, era a seguinte: as companhias Corradi e Itaunense, de Itaúna, e a Mineira de Siderurgia, de Divinópolis não possuíam reservas próprias de mata. As que possuíam maiores áreas de reserva e dependiam pouco ou nada de carvão de madeira comprado de terceiros eram a Acesita (de Coronel Fabriciano/Rio Piracicaba), a Cia. Siderúrgica Belgo Mineira - CSBM (de João Monlevade) e a Cia. Metalúrgica Santo Antônio (de Rio Acima). As maiores plantadoras de madeira eram a CSBM (com 1.518 ha ou 41% da área plantada total), a Cia. Ferro Brasileiro (com 756 ha ou 21% do total), a Queiroz Júnior (com 566 ha ou 15%) e a Acesita (com cerca de 409 ha ou 11% do total) (conforme GONÇALVES, 1990).

A partir dos anos 1960, o problema fundamental tornou-se o de garantir uma disponibilidade permanente do termo-redutor vegetal, uma vez que era a disponibilidade de madeira o nó górdio que entravava a expansão da produção siderúrgica. Por sua vez, a intensa expansão da indústria de transformação (a uma taxa média anual de 21,5% entre 1968 e 1974) baseada no aumento da participação das indústrias de bens de capital e de consumo duráveis, em detrimento do setor de bens intermediários de produção (Duarte Filho, 1986), gerou uma pressão ainda maior por aço e outras ligas metálicas, minerais, ferro e, conseqüentemente, por madeira e carvão; assim, entre 1940 e 1956 o consumo de carvão mais do que dobrou (passando de 227,2 mil ton. para 466,7 mil ton.), crescendo mais de 60% entre aquele último ano e o de 1966 (MURTA, 1950; SILVA, 1965; SEITEC, 1969).

Mais importante é que a evolução do carvoejamento e da produção siderúrgica coexistiram e se combinaram no espaço e no tempo. Assim, entre o início do século XIX e a década de 1930 do século XX, o carvoejamento concentrou-se na região central do estado, entre os vales dos Rios das Velhas e Paraopeba (a oeste) e do Rio Doce (a leste). Dessa década até o início da de 1960, a sua expansão ocorreu predominantemente nos sentidos oeste e norte e, após 1960, nos sentidos noroeste e norte.

Levando em consideração as estimativas feitas no Plano de Eletrificação estadual, a produção de carvão no início da década de 1960 apontaria para um número de cerca de 30 mil hectares derrubados anualmente para atender à demanda dos consumidores industriais, dentre os quais se destaca a siderurgia (MURTA, 1950, pp. 17, 162).

Além disso, havia uma concentração da produção do carvão vegetal nas regiões Metalúrgica e do Rio Doce, que contribuíam com 78% do total desse termo-redutor produzido no estado. Dos oito principais municípios produtores de carvão vegetal, que totalizavam 54,2% da oferta total estadual, cinco compõem o território estudado: Santa Bárbara (com 12,3% do total produzido no estado); Rio Piracicaba (com 8,5% do mesmo total), Alvinópolis (com 6,8%), Antônio Dias (com 5,9%) e Nova Era (5,5%). Se a esses 39% forem adicionados os 6,8% de carvão produzidos por Mariana e os 4,2% produzidos por Barão de Cocais, pode-se entender que a zona Metalúrgica (sobretudo no vale do Rio Piracicaba) era, também, a zona do carvão...

Como conseqüência do golpe militar de 1964, a questão florestal foi transformada, tendo em vista o crescimento do número de consumidores intensivos de matéria prima florestal (o que mantinha em ritmo acelerado a destruição da cobertura florestal nativa por todo o país) e a ausência de políticas públicas ativas de proteção dos remanescentes florestais ou de recuperação da área desmatada. A partir desse instante, o Estado ficou a reboque das ações privadas relativas ao "reflorestamento" (GONÇALVES, 1990; 1999).

A escolha das essências florestais de eucaliptos e de pinheiros não nativos como os veículos da política de formação de maciços florestais para uso industrial significou a adesão a técnicas de uso do solo e da flora que prejudicaram as formas e condições tradicionais de (re)produção social do espaço natural. Como opção agrônômica e silvicultural, então, a determinação das espécies hegemônicas para as plantações de uso industrial no país contribuiu para a transformação dos padrões da atividade florestal tal como ela era desenvolvida até meados dos anos 1960. Representou, também, a transmutação das formas sociais de organização do espaço e do trabalho em áreas tradicionais de ocupação produtiva agrícola e, adicionalmente, permitiu a criação de um conjunto de políticas que garantiram um salto na acumulação das firmas envolvidas com a atividade (GONÇALVES, 1990).

Simultaneamente à transformação dos plantadores de árvores exóticas em um dos clientes preferenciais do Estado, principalmente através das agências do sistema BNDE, ocorreu uma vigorosa expansão das plantações florestais homogêneas em todo o país e em especial em Minas Gerais. O "reflorestamento" teve sua área ampliada de 1,7 mil ha em 1970 para mais de 6 mil ha em 1985, dos quais mais de 50% na região Sudeste e cerca de 20% em Minas Gerais (GONÇALVES, 1990; BACHA, 1992).

## **2. O movimento do capital das empresas de plantações florestais no estado**

A economia mineira, por conta da sua formação peculiar e desde a época da constituição da capitania, estruturou a sua economia em torno do aproveitamento de reservas minerais e florestais, transformadas em recursos naturais destinados a sustentar o crescimento. Essa afirmação, que não representa nenhuma novidade para o estudioso das Minas e das Gerais, não pode ser perfeitamente entendida se não for colocada no plano das políticas de desenvolvimento econômico regional, centradas na intensificação de um padrão de industrialização intensivo em recursos naturais desde o início do presente século.

No afã de modernizar os processo produtivos e tornar Minas um espaço perfeitamente inserido na lógica de expansão do setor industrial nacional, seguiram-se sucessivas tentativas do governo estadual de otimizar o uso de recursos hídricos, edáficos e florestais. Portanto, potenciar a produtividade do solo - utilizando fertilizantes e maquinário agrícola - e o processo de produção do ferro passaram a ser as diretrizes fundamentais. Para tanto, era necessário dispor de energia barata e de fácil apropriação. Para uma das indústrias chave, a siderurgia, essa necessidade significou até fins dos anos 1980 a dependência de uma forma específica de armazenamento de energia solar: o carvão vegetal - ao mesmo tempo redutor do minério e fonte térmica industrial.

A euforia desenvolvimentista do período pós-45 gerou uma modificação relativa da importância das posturas políticas e ideológicas relativas à questão do ambiente natural e das florestas. Se antes da I Guerra Mundial a devastação sistemática da natureza era apontada como um resultado do não desenvolvimento coerente das forças produtivas do país, após esse marco os setores industriais passaram a apontar para uma situação em que o desmatamento e o aproveitamento fabril desses recursos naturais constituíam as faces de uma mesma moeda (GONÇALVES, 1990; DINIZ, 1981).

A saída defendida e implementada pelos industriais consumidores de madeira energética, o "reflorestamento", acabou tornando-se um instrumento importante para a continuidade desses empreendimentos, uma vez que o nó górdio para a expansão da produção siderúrgica tornou-se o da garantia da disponibilidade permanente desse termo-redutor vegetal (GONÇALVES, 1990).

De fato, os dados disponíveis indicam que a escassez de madeira nativa tornou-se mais grave a partir da década 60, quando várias medidas voltadas para suportar e estimular o crescimento econômico estadual passaram a ser adotados pelo governo mineiro (GONÇALVES, 1990; DEAN, 1996).

Como resultado do esforço de modernização impulsionado pela ação governamental, observou-se uma intensa expansão dos ramos básicos nos quais a economia mineira vinha se especializando, o que aumentou a pressão sobre os remanescentes nativos ainda disponíveis. Simultaneamente, esse movimento ampliou os projetos privados de plantios florestais que, até a adoção pelas empresas mineiras da nova política florestal implantada pelos governos militares, eram em sua maioria localizados junto às empresas consumidoras (GONÇALVES, 1990; 1995; 1999).

Com a introdução da política de incentivos fiscais, e dado o elevado custo das terras próximas aos consumidores (localizados geralmente em regiões mais intensamente urbanizadas), os aplicadores passaram a buscar, para suas florestas, áreas de custo mais baixo. Ou seja, a partir da consolidação dessa política de incentivos, o preço da terra passou a ser o principal determinante da escolha da localização dos plantios, uma vez que os resultados financeiros obtidos com a atividade tornaram-se independentes do aproveitamento industrial dos maciços (INDI, 1975; GONÇALVES, 1990; 1999).

A procura de terras a baixo preço significou um movimento de valorização do capital através do aprisionamento de extensas parcelas contínuas de solos, em regiões onde a estrutura fundiária era (e ainda é) marcada pela extrema desigualdade distributiva. Segundo Ferreira (1985), a formação de maciços sem destino econômico assegurado representou uma estratégia empresarial que, além de aproveitar os incentivos administrados pelo então IBDF, permitiu ao capital agro-industrial florestal apropriar-se de extensas glebas em regiões onde a terra estava se valorizando rapidamente (o que incluiu, também, a ocupação de terras aptas para lavouras).

Se a proximidade entre a mata e a usina era estratégica, dada a dependência da floresta nativa e já que não existiam outras fontes do carbono necessário para a redução do minério de ferro, com as inovações introduzidas na política florestal na segunda metade dos anos 1960 associadas à progressiva eliminação das matas vizinhas, à maior “produtividade natural” e ao menor custo da madeira plantada (em comparação com a nativa) e à elevação do preço das terras próximas desses consumidores industriais, eles iniciaram um deslocamento para novas áreas florestais (para uma discussão sobre a relação entre as questões siderúrgica e florestal, consultar GONÇALVES, 1990; DINIZ, 1981; OSSE, 1983).

A criação dos incentivos fiscais, permitindo que a atividade silvicultural remunerasse os empresários quando da execução dos plantios e não quando da sua venda, dirigiu esses últimos para as regiões onde as terras tinham preço menor, uma vez que os resultados financeiros obtidos com a atividade tornaram-se independentes do aproveitamento industrial dos maciços (INDI, 1975, p. 7).

Isso quer dizer que esse movimento de conquista de novas terras para extração da vegetação nativa e plantação de florestas homogêneas foi direcionado para aquelas regiões onde tais terras podiam ser apropriadas mais facilmente, sem o recurso ao mecanismo regulatório fundamental do mercado – o contrato de compra e venda. Significa, também, que a expansão da fronteira das plantações florestais foi responsável pela eliminação das antigas estratégias de posse e de agregação da e na terra, sobretudo nas regiões do norte e do nordeste mineiros.

De fato, como terra, propriedade e fazenda não significavam a mesma coisa, e a sua aquisição não implicava em troca mediante dinheiro, mas sim em troca, a presença das plantações serviu como um catalisador e/ou detonador para os processos de expulsão e de transformação dos direitos costumeiros, o que alterou radicalmente a feição social do rural em Minas (ver, dentre outros, RIBEIRO, 1986).

Tendo em mente essas questões, pode-se entender porque o movimento territorial do “reflorestamento” em Minas teve o comportamento descrito a seguir. Até 1969, as regiões Metalúrgica e Campo das Vertentes, Zona da Mata e Sul, onde se localizavam os principais pólos industriais estaduais, representavam mais de 75% da área plantada total do estado. Nesse mesmo período, a região do Rio Doce chegou a ter 15,3% do mesmo total. A partir de 1970, não obstante, essa situação começou a mudar, e a região do Triângulo e Alto Paranaíba despontou como o foco do crescimento da atividade (atingindo a marca de 40% do total de hectares plantados no estado no ano

de 1973, quando então, sua participação decresceu). As três regiões mencionadas anteriormente representaram 24% (e só a Metalúrgica, 18%) e a região do Rio Doce caiu para 5% (GONÇALVES, 1990).

Tanto o decréscimo do Triângulo como a estagnação dos plantios incentivados nas três primeiras regiões citadas foram compensados pela sua expansão nas regiões Norte e Vale do Jequitinhonha a partir de 1974. O aumento da área plantada dessas duas últimas duas foi, sem dúvida, o principal elemento explicativo do impulso tomado pelo reflorestamento em Minas a partir de meados dos anos 1970 (GONÇALVES, 1990).

Uma explicação que complementa a importância das alterações no movimento territorial das plantações em Minas é o fato de parte do Norte de Minas encontrar-se incluído na área da SUDENE. Isso, obviamente, reforçou o deslocamento dos plantios para essas regiões. E, num movimento análogo ao dos “reflorestadores”, os consumidores crescentemente dependentes do carvão vegetal e da lenha (particularmente as indústrias siderúrgica, metalúrgica, cimenteira e de calcinação) direcionaram suas atividades de desmatamento e carvoejamento para o cerrado (GONÇALVES, 1990).

Mas é preciso deixar claro que esse movimento dos “reflorestadores” foi acompanhado pela manutenção e intensificação das atividades de desmatamento e de carbonização das matas nativas pelos consumidores industriais, tal como vinham sendo praticadas desde antes da década de 40, mas agora sobretudo na região do cerrado mineiro. Uma das razões básicas para esse recrudescimento da depredação das áreas nativas - especialmente do cerrado - foi o aumento do custo do transporte terrestre do carvão de eucalipto plantado nessas regiões de fronteira, situadas a distâncias terrestres consideráveis das fábricas consumidoras (VALVERDE, 1977; GONÇALVES, 1990).

Duas outras transformações internas dos demandadores de florestas também afetaram essa dinâmica: de um lado, o crescimento da grande siderurgia e a proliferação das pequenas usinas produtoras de ferro gusa desde final dos anos 1960 nos sentido norte e oeste do estado aumentaram a pressão sobre esse ecossistema específico; de outro lado, muitos dos “reflorestadores” não eram ou estavam integrados aos consumidores, principalmente as indústrias siderúrgica e de cimento.

A partir da segunda metade dos anos 1980, com as mudanças promovidas nos instrumentos de incentivos fiscais (e sua posterior extinção), o movimento do capital florestal adotou outra lógica. Em primeiro lugar, apesar do fortalecimento das empresas independentes e sua afirmação como grandes latifúndios no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, houve um incremento das plantações nas regiões próximas das usinas - a antiga fronteira interna de atuação das empresas siderúrgicas, as regiões Metalúrgica e do Vale do Rio Doce. Em grande medida, essa nova orientação da ocupação regional com plantações foi consequência da entrada em cena da Cenibra.

Mesmo que a entrada dessa empresa produtora de pasta de celulose tenha ocorrido no final dos anos 1970, com a absorção dos plantios formados pela Florestas Rio Doce S.A. (subsidiária da CVRD) desde os anos 1960, no caso dos municípios que compõem o território analisado nesse texto isso veio a representar um incremento das plantações de eucaliptos somente a partir dos anos 1980, quando então se definiram as estratégias de financiamento público e privado para a formação florestal, bem como as modalidades de redivisão do espaço entre as grandes produtoras de *commodities* agroindustriais de base madeireira (GONÇALVES, 1995).

Além disso, uma outra razão que explica essa reorientação refere-se à mudança do planejamento de empresas como a CSBM (por meio de sua subsidiária Cia. Agrícola e Florestal Santa Bárbara - CAF) e a própria Cenibra, que já possuíam grandes plantios próprios na região do Vale do Aço e adquiriram novas terras agrícolas disponíveis além de comprarem terras e plantações de outras empresas (especialmente na década de 1990). Por outro lado, principalmente para esses grandes consumidores, foi relevante o papel que o Estado mineiro desenvolveu criando uma alternativa de crédito para o aumento e/ou renovação da área plantada a partir da primeira metade da década 80, denominado Projeto Florestal de Minas Gerais – Profloresta e desenvolvido por uma parceria

institucional entre o Banco Mundial, o Instituto Estadual de Florestas - IEF e o BDMG entre 1988 e 1995<sup>1</sup>.

### 3. As plantações florestais nas Regiões dos Vales do Aço e do Rio Doce

A presente análise debruça-se sobre um território composto por vinte e um municípios e que formou-se a partir da apropriação capitalista de um espaço rico em reservas minerais, terra e madeira (destinadas ambas a virar agricultura, carvão e, depois, polpa).

As características básicas da história desse território entrelaçam-se, por sua vez, com as interferências que nele foram produzidas pelas políticas (públicas e privadas) de desenvolvimento e pelas formas como trabalhadores e agricultores reagiram a elas ou as aceitaram, incluindo-se aí com especial relevo as políticas destinadas à promoção das plantações florestais homogêneas, o que permite identificar essa região como um espaço “especializado” numa economia de plantações florestais.

O território, que corresponde ao conjunto urbano conhecido como Vale do Aço e a parte da região fisiográfica denominada Vale do Rio Doce, e que teve a sua origem nos municípios de Sabará, Mariana e Guanhães, compreende as áreas dos municípios de Açucena, Alvinópolis, Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Belo Oriente, Coronel Fabriciano, Dionísio, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Jaguaruçu, João Monlevade, Marliéria, Mesquita, Nova Era, Rio Piracicaba, Santa Bárbara, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata, São José do Goiabal e Timóteo.

A definição desse conjunto levou em consideração, além do comportamento histórico da ocupação territorial local, os critérios sócio-políticos, produtivos e propriamente territoriais utilizados pelo FIBGE, pela FJP, pela CVRD e pela Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais na idealização do que é a região. Como essas organizações representam interesses em disputa pelo território - e seus recursos, e são elas próprias alguns dos principais atores envolvidos na disputa pela construção social e econômica da história regional (especialmente no caso das duas últimas), optou-se pela utilização das suas identificações da região.

Claro que para além do fato da maioria dos municípios pertencerem a todas as definições, a percepção dessas descrições do espaço ajuda a entender como é que os processos articulados de industrialização e de ocupação regional pelas plantações florestais homogêneas conformou a história regional.

Nesse território originalmente rural (MONTE-MÓR, COSTA et alii, 1997; ALMEIDA, 1978), foi se iniciando a partir dos anos 1940 um processo de urbanização, sobretudo nas cidades onde se instalaram firmas siderúrgicas (como, por exemplo, Rio Piracicaba, com a CSBM, ou Barão de Cocais, com a Hime & Co.). A partir de 1950, houve um incremento do crescimento urbano pela maior ocupação industrial do território, induzido pela disponibilidade de mata para carvão, de minério e de vias de escoamento. Isso produziu uma “grande reorganização espacial da população”, por que à atração populacional que as empresas siderúrgicas causaram inicialmente seguiu-se uma “perda relativa de população rural” provocada pela “política de garantia de [aquisição] de carvão vegetal por parte da CSBM”, pela “implantação da Acesita, ambas as empresas demandando grandes extensões de terras para o plantio de eucalipto” (MONTE-MÓR, COSTA et alii, 1997, pp. 93, 97).

---

<sup>1</sup> Além disso, também em parceria com o Estado através do IEF, as empresas começaram nas regiões Metalúrgica e Rio Doce programas de implantação de pequenos maciços homogêneos de eucaliptos por meio de contratos de integração com pequenos e médios produtores rurais (GONÇALVES, 1990; GONÇALVES, 1995).



Baseando-se nessa descrição e nos elementos da dinâmica da economia das plantações florestais apontados até o momento, pode-se então discutir algumas das questões implícitas na regionalização da questão florestal em Minas Gerais. No caso aqui analisado, deve-se ressaltar ainda que essa região foi o centro das atividades de exploração das florestas nativas e de plantações homogêneas (inclusive com espécies nativas regionais) para fins de produção de carvão no estado até a década de 1950.

De acordo com dados coletados pela equipe da SEITEC (1969, pp. 265-267) para 39 municípios da "área mineira da Zona do Rio Doce", pode-se dizer que as

serrarias tiveram, no passado, participação ativa da economia regional. Essa atividade encontra-se em pleno declínio e numerosos estabelecimentos vêm sendo fechado nos últimos anos. a destruição descontrolada das matas foi empurrando as áreas de abastecimento de toras para regiões cada vez mais distantes. (...) Dada a exígua reserva de matas existentes e do grande consumo de carvão pelas siderúrgicas, pode-se prever sérios problemas de abastecimento desse combustível, a não ser que sejam impostas medidas disciplinadoras de manejo das matas naturais e dos reflorestamentos.

Volta-se, então, ao ponto anteriormente discutido. Para qualquer observador alinhado política, ideológica e economicamente com as indústrias e com a idéia de industrialização em Minas Gerais nas décadas de 1950 e 1960, a opção pela plantação de "florestas homogêneas" foi entendida como "natural". Mesmo que, como propõe o estudo supra citado, existam proposições relativas ao manejo das matas nativas, a própria lógica do argumento de base econômica orientava a decisão para as florestas plantadas, mais produtivas (em termos de madeira e de índice de carbonização) e menos custosas, por crescerem mais rapidamente. O que se requeria, contudo, era apoio público para baratear os custos iniciais da implantação dos maciços homogêneos de espécies arbóreas de uso industrial.

Antes que isso pudesse ser produzido, a já mencionada instalação dos Serviços Florestais pelas empresas siderúrgicas desempenhou um papel significativo na transformação do ambiente rural regional, substituindo a floresta nativa, já bastante degradada, por uma outra artificial (para o uso dessa classificação, ver SEITEC, 1969).

Em 1950, conforme indicado anteriormente, as principais usinas siderúrgicas existentes na região tinham plantados mais de 2.300 hectares com eucaliptos. Quase vinte anos depois, já contando com a presença da Florestas Rio Doce, subsidiária da CVRD, essa área era quase vinte e duas vezes maior (SEITEC, 1969, pp. 271-274).

A CSBM detinha 77,1% desse total, em propriedades localizadas em treze municípios da região do Vale do Rio Doce. Mas o que é mais importante para a presente argumentação, é que a CSBM possuía áreas plantadas com florestas homogêneas em oito dos municípios que compõem o território ora analisado. Desses oito, Dionísio era o município que possuía a maior área individual plantada com eucaliptos (ver SEITEC, 1969, p. 271; IGA, 1985).

Em 1968, agrupadas todas as empresas plantadoras, a área total coberta com florestas "artificiais" em 32 municípios da área mineira da zona do Rio Doce, tal como definida pela CVRD, era igual a 109.656 hectares (num total de 126 municípios). Desse montante, 72.343,3 hectares ou 66% encontravam-se implantados nos municípios que compõem a base territorial analisada (conforme dados de SEITEC, 1969, pp. 255-258), à exceção de Belo Oriente, Iapu, Ipaba e Santana do Paraíso, esses dois últimos sequer correspondendo a áreas de distritos.

Um dos elementos que permitiram essa expansão do plantio foi a adoção pelas empresas de um formato organizacional inovativo, os já mencionados Serviços Florestais. Esses Serviços incorporaram, segundo os interesses do capital (inicialmente o siderúrgico e depois o propriamente

florestal, com a entrada da CVRD e o ramo de pasta de celulose na região), o discurso da racionalidade técnica e da necessidade de ordenar o espaço. Por isso, também, seu discurso pôde ser absorvido por parte dos conservacionistas, já que a eucaliptocultura era defendida pelos engenheiros agrônomos responsáveis por esses escritórios de plantações como uma forma de evitar a continuidade do desmatamento. Assim, as plantações florestais poderiam cumprir aquilo que os próceres do conservacionismo norte-americano designavam como sendo o uso racional dos recursos naturais baseado nos princípios da sua utilização pelas gerações presentes e da prevenção do desperdício (MCCORMICK, 1992, pp. 28-34).

Um outro elemento que permitiu o crescimento das plantações foi a disponibilidade de áreas, já que a “fronteira florestal” - representada até pelo menos o início do século XX pela Mata Atlântica - desaparecera ou estava em avançado estágio de degradação, bastante fragmentada pela ação combinada do desmatamento para carvoejamento e para a agricultura e, desde meados dos anos 1940, para o próprio “reflorestamento” (DEAN, 1996).

Em 1968, a área plantada com florestas homogêneas para fins industriais era superior à área remanescente da Mata Atlântica (ver Tabela I, apresentada a seguir). Mas essa dominância de um ecossistema sobre o outro não era homogeneamente distribuída entre os municípios. Nos casos de Açucena, Alvinópolis, Belo Oriente, Iapu, Marliéria, São Domingos do Prata e São José do Goiabal, a cobertura com a floresta nativa era superior. Ressalta-se o caso de Marliéria e Goiabal, onde se situam as principais porções do Parque Florestal Estadual do Rio Doce, a maior área remanescente contínua da floresta Atlântica em Minas Gerais após 1900.

Porém, nos demais municípios, as plantações homogêneas superavam em muito as formações florestais originais. De fato, essa predominância era especialmente marcante em Coronel Fabriciano, Dionísio, João Monlevade e Timóteo, que possuíam entre pouco mais do que um quarto (no caso dos dois últimos) e cerca de 40% (no caso dos dois primeiros) de seu território coberto com eucaliptos e outras essências madeireiras plantadas em talhões homogêneos.

A partir de 1969 e até 1974, as plantações aumentaram em mais 40.054 hectares nesses municípios (o equivalente a um ritmo médio de ocupação do solo de 6,7 mil ha ao ano). A partir de 1974 e até 1982, o crescimento anual médio diminuiu praticamente à metade, e isso só foi possível por que foram plantados mais de cinco mil hectares de eucaliptos entre 1978 e 1982.

A ausência de dados sistematizados pelos diversos órgãos estatais de controle das plantações a partir dessa data, e principalmente depois do fim dos incentivos fiscais torna difícil dizer exatamente como evoluiu a ocupação da terra pelas empresas consumidoras de produtos florestais. Contudo, levando-se em conta que após o final dos anos 1980 a Cenibra assumiu a condição de principal compradora de terras para produção de madeira na região, pode-se usar os dados do seu “desempenho” para uma compreensão maior do movimento do capital florestal nesse território.

A dinâmica das plantações na região na primeira metade dos anos 1980, segundo as conclusões obtidas pela equipe responsável pelo Estudo de Impacto Ambiental e pelo Relatório de Impacto Ambiental da expansão da CENIBRA, sugere que

as áreas de florestamento na região ainda têm avançado determinantemente as suas fronteiras, com maiores concentrações nos municípios de Açucena, Belo Oriente e Mesquita (estima-se que aproximadamente 60% da área do município de Belo Oriente já esteja sob propriedade industrial, especificamente da CENIBRA, +/- [sic] 35%, e da Companhia Belgo Mineira, +/- [sic] 25%...). ... Tais avanços da propriedade industrial ainda vêm incidindo sobre áreas de potencial agrícola, que mesmo quando não imediatamente florestadas, têm permanecido improdutivas ... Da mesma forma, o processo de substituição das áreas de matas nativas, utilizadas inicialmente para a produção carvoeira e liberadas em seguida para os

florestamentos, apenas em alguns casos tem favorecido a expansão da pecuária (NATRON, 1984, p. 3).

Tabela I

Áreas Ocupadas por Matas Nativas e Plantações Florestais, em ha e em % da Área Municipal em municípios selecionados de MG - 1968

MUNICÍPIOS	Área de Mata Nativa	% da Área Municipal	Área Plantada	% da Área Municipal
Açucena	2.900,0	2,5	336,0	0,3
Alvinópolis	1.800,0	3,0	553,3	(*)
Antônio Dias	1.700,0	2,0	4.280,0	5,1
Bela Vista de Minas	260,0	2,4	2.112,0	19,7
Belo Oriente	240,0	0,7	0,0	0,0
Coronel Fabriciano	2.000,0	10,0	7.720,0	38,2
Dionísio	2.600,0	7,2	14.300,0	39,4
Iapu	3.200,0	6,0	0,0	0,0
Ipatinga	600,0	2,6	3.000,0	13,0
Jaguaraçu	500,0	2,6	4.016,0	21,1
João Monlevade	750,0	8,0	2.700,0	28,7
Marliéria	17.000,0	35,6	4.800,0	10,0
Mesquita	1.100,0	2,5	9.600,0	21,9
Nova Era	1.100,0	3,1	1.216,0	3,5
Rio Piracicaba	1.200,0	3,3	4.060,0	11,0
Santa Bárbara	3.600,0	4,2	6.850,0	8,0
S. Domingos do Prata	3.600,0	4,6	1.000,0	1,3
São José do Goiabal	2.400,0	13,0	800,0	4,3
Timóteo	2.800,0	15,6	5.000,0	28,0
<b>TOTAL</b>	<b>46.150,0</b>	<b>5,5</b>	<b>72.343,3</b>	<b>8,7</b>

Obs.: (\*) Menor do que 0,05%.

Fonte: adaptado de SEITEC (1969, pp. 8-10, 255-258).

Essa questão possui ainda uma outra dimensão, que exige que se discuta, mesmo que rapidamente, um dos aspectos centrais da dinâmica da exploração madeireira na região analisada: é a dependência que as empresas citadas instaladas tem da madeira de eucaliptos. Enquanto demandadoras de carvão vegetal, a CSBM e a Acesita contam com mais de um substituto para suas necessidades de energia e de insumo redutor do minério de ferro e posterior transformação em aço dentro das suas usinas, que são o carvão vegetal oriundo de matas nativas - que na verdade não foi dispensado em nenhum momento por elas - e o carvão mineral. Porém, conforme indica Machado (1998, pp. 12-13),

Na produção brasileira de celulose de eucalipto ... dada a tecnologia dessa indústria, não se vislumbra o abandono do eucalipto enquanto fonte de fibras. Ao contrário, a monocultura do eucalipto representa a principal vantagem comparativa do setor e ... a integração "floresta"-indústria se aprofundou progressivamente (...) [Na verdade] A **apropriação** industrial do processo biológico de produção (do eucalipto) ocupa nessa indústria uma posição estratégica. Isto não apenas significa uma interferência crescente no processo biológico em si, mas se reflete também na organização do trabalho florestal, já que o caráter estratégico da monocultura do

eucalipto para a indústria de celulose torna imprescindível a racionalização e o controle da força de trabalho ali empregada (destaque no original).

Estendendo o argumento desse autor, o que explica aquela dependência é o fato dela ter gerado uma vantagem para os produtores brasileiros de pastas de celulose, tanto por que a fibra obtida da madeira do eucalipto e seu processamento por processos químicos tem custos de produção comparativamente mais baixos do que em outros países, em função das "características dessa monocultura referentes às condições edafo-climáticas, às tecnologias de manejo desenvolvidas e às políticas públicas para o setor" (MACHADO, *op. cit.*, p. 24).

De fato, sem aprofundar o debate sobre as demais características, pode-se apenas ressaltar que o papel do Estado foi mais além do apoio aos objetivos privados de transformação de territórios em locais de produção de plantações homogêneas de alta produtividade. Segundo a argumentação aqui apresentada, o Estado esteve e está presente na formação, inclusive, das "políticas privadas" adotadas pelas empresas do setor, o que inclui o suporte legal e financeiro ao "reflorestamento", à modernização tecnológica, à adaptação aos requerimentos da concorrência internacional etc. (GONÇALVES, 1999).

Portanto, foi em razão dessa dependência da madeira de eucalipto que a Cenibra desenhou uma estratégia de aquisição de terra distinta das demais empresas, inclusive pela aquisição das propriedades originalmente plantadas pela CAF. Em 1993, de acordo com dados coletados por Barbieri, Ruiz et alii (1997, p. 183), a Cenibra possuía cerca de 69,4 mil hectares de terra na bacia do Rio Piracicaba, 56% das quais plantadas com formações homogêneas de eucaliptos. Em 1995, a área de propriedade da empresa era de aproximadamente 172 mil ha, dos quais 94,5 mil ha plantados com eucaliptos. Em 1997, as áreas total e plantada de propriedade da empresa eram, respectivamente, de 191,4 mil ha e 104 mil ha (Machado, 1998, p. 22).

A área ocupada pela Cenibra em treze dos municípios tratados nesse texto representa pouco mais do que 42% do total da área das propriedades com mais de 1.000 hectares existentes em 1995. Essa situação, segundo o levantamento proporcionado por Barbieri, Ruiz et al. (1997), deve-se ao fato dessa empresa ter sido responsável, isoladamente, "por no mínimo cerca de 70% da expansão das grandes propriedades nos diversos municípios da bacia do Rio Piracicaba" (*op. cit.*, p. 184).

Se a expansão das plantações foi garantida pela ocupação de um espaço rural "aberto" ou passível de ocupação por métodos formalmente "pacíficos" de aquisição, as empresas não parecem ter contado com uma oferta previamente garantida de um outro recurso fundamental, o trabalho. Mesmo que não se tenha encontrado nenhum registro direto que indicasse isso nas falas empresariais, não se encontrou também nenhuma referência à abundância de braços.

Uma fonte menos otimista e que permite afirmar a existência não tanto da desqualificação e sim da carência de trabalhadores é o já mencionado relatório de comissão nomeada pelo Ministério da Agricultura para examinar o problema do "reflorestamento" na região siderúrgica mineira. A equipe, que estudou onze usinas instaladas nas regiões central e oeste de Minas, todas elas dentro do chamado Quadrilátero Ferrífero, revelou que um dos principais problemas das empresas avaliadas - e que exigia como solução o "reflorestamento artificial" - era o fato delas não possuírem acesso a mão-de-obra abundante (sic) para o carvoejamento. Isso, aliado às dificuldades de escoamento, contribuía para o encarecimento dos seus produtos nos mercados externos à região e ao estado, principais destinos da produção (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1951, pp. 248-249).

Esse era um problema real, talvez por que as plantações tivessem provocado e/ou estivessem provocando o êxodo rural. Ou talvez por que, diante das condições severas de organização e controle do trabalho florestal, caracterizado por baixos salários e ausência de direitos, os trabalhadores se recusassem a permanecer no campo e estivessem indo buscar uma outra ocupação nas cidades grandes de Minas e de outros estados.

Embora a primeira das duas hipóteses seja a mais tentadora, por causa da sua mais "fácil" observação, ela pode esconder alguns equívocos. Nesse caso, deve-se atentar para a segunda, e lembrar que ela se aplica a um período de ausência de organizações representativas autônomas dos trabalhadores florestais ou rurais assalariados. Na verdade, a ausência de indicações sobre o problema constitui ela mesma uma indicação da situação de progressiva precarização das condições de trabalho dos trabalhadores rurais da região.

Não se trata do mesmo problema anunciado por Almeida (1978, p. 81), um dos engenheiros responsáveis pela construção das linhas da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que em suas memórias de campo chamou a atenção para o fato que a "escassa população da margem esquerda do Rio Doce, desde o mar até o Rio Piracicaba e da foz deste, no Rio Doce, até Antônio Dias" não forneceria o contingente de trabalhadores necessários para a obra.

Após a consolidação das plantações de eucaliptos e pinheiros na região, entre quarenta e cinquenta anos após o relato desse engenheiro da companhia ferroviária, a população já era expressiva. O desmatamento, a ocupação agropecuária da terra, a formação das cidades, tudo contribuiu para a formação de um novo território, distinto daquele do início do século XX.

A subordinação e a exploração do trabalho de um contingente de antigos produtores rurais e seus filhos, nascidos nesse território ou oriundos de outros locais das zonas Metalúrgica e do Rio Doce e até mesmo dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, foram processos que acompanharam as plantações homogêneas de espécies florestais nas regiões dos Vales do Aço e do Rio Doce pela razão direta que elas representam uma forma de apropriação capitalista da terra e do espaço.

Quem eram esses camponeses e trabalhadores? Uma descrição da configuração regional em final da década de 1950, especialmente da agricultura, foi feita por Strauch (1958). Suas considerações, apesar de longas, são importantes por confirmarem a idéia que a produção de carvão devastou inicialmente as matas mais próximas da Ferrovia Vitória a Minas, nas terras aluviais e nos terraços do Rio Doce e, adicionalmente, por descreverem como era a prática agrícola local:

Muitas destas terras, principalmente as baixadas aluviais são bastante férteis, ricas de húmus e matéria orgânica, periodicamente depositados pelas enchentes do rio. Ao longo do vale estas faixas de terras, variáveis na sua largura, representam áreas agrícolas em potencial. Atualmente elas apresentam uma utilização relativamente simples. Após a derrubada da mata o pasto de "colonião", plantado ou não, se estendeu por toda a faixa ribeirinha. Em alguns trechos, onde por exceção houve algum estabelecimento de fazenda pode-se observar então certa esquematização no uso da terra. Assim, nas baixadas aluviais, planta-se o milho e arroz depois das chuvas. Após a safra, o "colonião" já está bastante desenvolvido e nas terras coloca-se então o gado que aí permanece até o início da elevação do nível da águas após o que se reinicia o ciclo agrícola. É interessante considerar que o capim colonião tem aí um caráter de praga, pois, em virtude da semente que acumula no solo no início do período das chuvas, é resistente ao próprio fogo. O trabalho para destruir o pasto é assim feito antes das primeiras chuvas e representa um temendo dispêndio de energia por parte do lavrador. Além das lavouras de milho, é também comum a utilização das baixadas aluviais para pastos melhores de capim gordura ou jaraguá. Este último principalmente pode ser observado com alguma freqüência, fazendo rotação com o milho enquanto o "colonião" ocupa permanentemente os terraços mais altos e as encostas. Nas pequenas propriedades ou, o que é mais comum, nas lavouras dos "moradores" e dos "meeiros" são freqüentes as plantações de bananeiras que representam uma fonte de renda complementar, pois as cidades próximas absorvem facilmente esta produção. Mas o traço dominante é sempre a mata devastada ou em devastação e os extensos pastos de colonião. Com menos intensidade que na região de Governador Valadares, as fazendas são de pecuária extensiva e geralmente especializadas na engorda do gado para os centros consumidores de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Tratando-se de uma área de

ocupação relativamente recente, as sedes das fazendas são em geral bastante rudimentares tanto mais que grande parte das propriedades aí são de fazendeiros já estabelecidos em outras áreas ou de pessoas mais interessadas no negócio de carvão. Tanto as sedes de fazenda quanto as casas dos moradores e parceiros se situam nas partes mais elevadas ... Como seria de se esperar, os métodos agrícolas são aí dos mais primitivos: usa-se a queimada para limpar os pastos de "colonião" e as únicas ferramentas de trabalho são a enxada, a foice e o machado. Nos terrenos planos das baixadas e terraços os processos de trabalhar a terra pouco têm afetado os solos, tanto mais que o rio se incumba de repor o húmus que o fogo destruiu e as lavouras são tão extensivas que não é possível aquilatar do seu rendimento, mas nas encostas de declive mais acentuado são visíveis os ravinamentos que falam com eloquência dos fenômenos de erosão (STRAUCH, 1958, pp. 115-117)

Então, não se pode afirmar que nos Vales do Aço e do Rio Doce a vida foi desde sempre dedicada ao desmatamento, ao carvoejamento e/ou à produção de eucaliptos – atividades que se tornaram indubitavelmente centrais na reprodução econômica local, inclusive pela sua articulação com um capital mercantil e industrial que esteve implicado nas mudanças sofridas pela região nos últimos sessenta anos.

Na verdade, como pode ser depreendido de alguns textos citados anteriormente e de vários depoimentos de produtores familiares da região entrevistados, a estrutura da região já foi capaz de se sustentar com a produção local de alimentos e de gerar seus próprios empregos, situação que foi **modificada** pelas plantações florestais homogêneas e sua forma peculiar de organizar a economia regional. Mas como era mesmo a vida antes do “reflorestamento”?

Para um trabalhador rural de Santa Bárbara entrevistado em 1994, a resposta a essa pergunta foi dada do seguinte modo:

o pessoal plantava todo tipo de agricultura que produz na região como ... mandioca era em alta escala, fazia muita farinha, que chegava até ser exportada daqui ... para outros países (...) E tinha plantio de milho, arroz, feijão e o pessoal sobrevivia disso e algumas pessoas empregavam nas minas de ouro, aqui em Florália tinha uma ou duas ... Mas foi pela década dos anos de 40 a 50 que começou a chegar o reflorestamento, que a Belgo-Mineira tinha um plantio de jacaré [2], que era uma mata nativa mas de muito boa saída. Só que apareceu o eucalipto que era muito mais vantajoso para as empresas e aí que começou o reflorestamento que ficou durante muito tempo com a Belgo ... Quando foi nos anos de 1970 que apareceu a Floresta Rio Doce que ... foi comprando vários outros [terrenos] e nesta década de 1980 ela passou para a CENIBRA e isso foi se estendendo.

Uma agricultora moradora de um dos distritos de Antônio Dias também registrou em entrevista que

A mais anos atrás, antes do eucaliptal, aqui se plantava roça, milho, mandiocal, os antigos cuidava das lavouras, quem tinha seus gados, quem tinha seus animal tinha o pasto. Hoje ninguém conhece o que é animal mais. Você fala tropa, uai ?, que é isso ? Peitoral de burro, o que é peitoral? ... não existe peitoral mais. Pergunta as famílias minha que que é peitoral que coloca num animal, o burro de guia tá na frente e a tropa tá atrás, acompanhando aquele burro de guia. Só aquele burro com aquele peitoral tá seguindo a tropa toda na estrada, é ou não é?

---

2 Árvore nativa da Mata Atlântica, de nome científico *Piptadenia communis* Benth, que também cresce muito rapidamente, a uma velocidade comparável à dos primeiros experimentos com eucaliptos (cerca de sete anos), e que foi utilizada nos primeiros experimentos de plantações da CSBM.

**Pergunta:** Servia para que a tropa?

**Entrevistada:** Tropa? Essa tropa puxava cana, no princípio antes de entrar os membros das companhias aqui, essa tropa puxava cana, puxava carvão.

**Pergunta:** O carvão era tirado de onde?

**Entrevistada:** O carvão era tirado dos matos mesmo. Mato, né?, não era eucalipto não. Eu sei porque este terreno aqui tinha um mato, desmanchou todo em carvão.

Os relatos de outros produtores ouvidos acrescentam que, além da produção de mandioca e da cana, existia também a de arroz, banana, feijão, melancia, milho e laranja, todos entendidos como alimentos para a "*despesa*". Nesse contexto, a plantação de eucalipto, inicialmente pela empresa Rural Mineira, depois pela Florestas Rio Doce, pela CAF, pela Acesita e, finalmente, pela Cenibra provocou "*falta*", uma vez que o "pessoal antigo vendeu os terrenos bons tudo, os antigos pôs os terrenos bons na mão da Companhia. E os antigos uns mudou para a rua, outros para a cidade" (entrevista de moradora de Antônio Dias).

Um pequeno produtor de Santa Bárbara, falando também da mandioca, representa assim o que era a organização social e produtiva local antes dos anos 1950:

**Entrevistado:** ... eu plantava alqueire mais alqueire de mandioca, fazia muita farinha, antes de entrar essa indústria aqui a vida aqui era farinha de mandioca ... agricultor plantava na terra dos outros a terça, a meia, mas a vida aqui em Santa Bárbara era farinha de mandioca.

**Pergunta:** A terra aqui é boa para plantar mandioca?

**Entrevistado:** A terra aqui é boa demais.

**Pergunta:** Mas os homens não falavam que a terra é ruim, o diretor da empresa?

**Entrevistado:** Pois é, eu criei a minha família plantando mandioca.

**Pergunta:** Quer dizer que eles não sabem bem a história não?

**Entrevistado:** Ah, hoje tem técnica né? Também naquele tempo tinha meus filhos em casa. (...)

**Pergunta:** E a plantação de mandioca dava emprego para todo mundo?

**Entrevistado:** Dava, ali plantava, tinha capina, vinha a colheita da farinha da mandioca, fazia farinha. Então, aqui na Paciência ... ali hoje é umas casinhas, mas naquela época era um povoado grande.

Perguntado sobre o que achou da introdução das plantações de eucalipto na região, sua resposta enfatiza uma idéia de que mudança ocorreu com relação a um tempo no qual todo mundo "trabalhava na roça"; segundo esse entrevistado, "Prá mim é a pior coisa que apareceu. É bom, foi bom, assim, porque deu muito emprego", mas isso "Hoje já não continua, só vemos falar em demissões".

Uma mudança fundamental provocada na economia rural da região na percepção dos agricultores foi a geração de empregos assalariados e, em conseqüência, de renda monetária adicional à que poderia possivelmente ser gerada dentro da propriedade rural familiar. Para entender mais completamente essa questão, porém, deve-se atentar para o fato que se as empresas plantadoras criaram emprego, elas o fizeram num universo de sujeitos submetidos já a uma lógica de exploração do grande produtor.

A pequena produção local incluía a meação como estratégia de reprodução da unidade familiar e, assim, do ponto de vista daqueles que tinham que trabalhar na terra do grande, a história pode ser dividida entre um tempo antes e depois do eucalipto (a partir da década de 1950), que inclui a substituição do fazendeiro como empregador, e em um outro tempo mais recente, quando a fazenda se transformou e se "*apresentou*" o plantio do capim braquiária (a partir da década de 1980), a partir de quando então foram limitados o espaço e o tempo do uso da terra.

Essas percepções são ainda mais radicalizadas quando se trata dos modos pelos quais vários dos membros das comunidades rurais de base familiar saíram da terra. Se havia o recurso do assalariamento, por que venderam suas propriedades? A resposta óbvia é que isso foi feito para dar lugar às plantações. Os dados sobre a estrutura da propriedade da terra nessa região indicam uma redução da área média das pequenas propriedades, apesar da manutenção do seu número.

Porém, a "chegada" das empresas não foi feita com base na introdução da relação de equivalência e dos códigos jurídicos formais exigidos pela transação mercantil capitalista. O que se quer dizer é que, a partir dos depoimentos colhidos junto a antigos proprietários rurais e membros de suas famílias na região, as empresas adotaram estratégias de aquisição de terra que se não foram formalmente violentas, chegaram próximo disso, e foram muitas vezes ilegais<sup>3</sup>.

Por meio de uma série de prepostos (ou "corretores", como são conhecidos na região), as empresas foram adquirindo terra primeiro dos que não produziam, não dependiam da produção agropecuária para sobreviver e daqueles que não conseguiam mais manter a roça. Assim, aos poucos, aqueles que dependiam da terra para viver foram sendo pressionados. Um exemplo disso é o relato de um comprador de terra e de "mato" da CSBM (e que depois tornou-se comprador de terra para a FRD), residente em Nova Era; segundo ele, quando a FRD iniciou suas operações no Vale do Aço, ela queria "volume de terra" e, como não conhecia a região, procurou um "meio de facilitar o contato" com os moradores e produtores rurais. A própria descrição da atividade de comprador e a revelação que a empresa desconhecia o seu futuro lugar de atuação permitem sustentar as afirmações anteriores.

Por causa de estratégias como essas, vários são os casos em que as firmas "reflorestadoras" levaram terras de posse no bolo de compra de propriedades de fazendeiros. Isso foi possível porque, como disse um entrevistado de Antônio Dias, quase ninguém tinha título da terra, porque "*naquele tempo, na época ... ninguém comprava terra não, uai!*". Aqueles produtores que de alguma forma resistiram, permaneceram ilhados no "mar" de eucaliptos.

Mas há aqueles que perceberam o processo de modo distinto - o que não indica que discordem da sua situação de subalternidade. Um entrevistado, pequeno produtor de Santa Bárbara, falando do início das plantações de eucalipto na década de 1950, indica um elemento importante da condição subordinada da família rural ao movimento do capital das plantações na região:

depois que começou plantio, que as companhia começou a fazer o plantio, para falar a verdade melhorou também para o trabalhador, para os trabalhadores rural, por que aqueles que podia fichar na companhia fichava mas ficava os outros em casa, ou os mais velhos ou os menor de idade, que ficava cuidando da roça, né? E, por exemplo, se a família tinha as vezes umas cinco pessoa, se tivesse dois empregado tinha três na roça, então, controlou um pouco.

Outro produtor familiar de Santa Bárbara, tratando do mesmo assunto, disse que deve ser levado em conta que na época que as empresas "puseram empreiteiro, deu serviço pra aqueles ... que tava na roça, porque muitas vezes a roça não dava pra o sujeito manter, então ajudou também, o próprio serviço da companhia ajudou".

O que ocorreu na região, pois, foi uma simultaneidade entre os fenômenos de expansão de uma atividade econômica de base rural destinada a oferecer insumos agro-industriais, uma conseqüente

---

<sup>3</sup> Isso não significa que mesmo que a "chegada" da empresa capitalista tenha sido precedida da legalidade - inclusive pela instituição de um mercado de terras - tenha necessariamente respeitado os direitos costumeiros ou que não tenha sido utilizada violência (inclusive simbólica) contra as pessoas e os recursos dos quais elas dependem.



urbanização – com a formação do Vale do Aço - e um esvaziamento do espaço rural pela concentração fundiária e pela alteração espacial e ambiental provocadas pelo eucalipto.

Monte-Mór, Costa et al. (1997), ao analisarem a chegada das empresas e seus impactos sobre a formação de um padrão de uso do espaço, demonstraram como ainda nos idos dos anos 1930 a população residente na região caracterizava-se por ser “desqualificada” e “não domesticada” do ponto de vista dos requisitos exigidos pela “disciplina fabril”. Por habitarem uma “região de fronteira com ampla disponibilidade real de meios de subsistência autônoma”, os trabalhadores não se fixavam nos postos inicialmente oferecidos pelas firmas, que traziam técnicos formados em Ouro Preto e no exterior para ocupar os cargos qualificados e de comando. A isso acrescenta-se que a possibilidade de viver do trabalho na terra ocupada, na meia ou terça com os fazendeiros inclusive para a produção de carvão vegetal tornava o emprego na usina para esses trabalhadores uma alternativa possível, e não a única.

Ao buscar a “criação de um espaço capitalista”, tanto pela implantação de suas plantações homogêneas de madeira quanto pela construção das suas cidades fabris, as empresas siderúrgicas que inicialmente se instalaram na região não abriram mão do controle e da coerção sobre os trabalhadores que se iam formando sob sua pretensa tutela, o mesmo continuando a acontecer na medida em que a CAF e a Cenibra foram se tornando as principais empresas controladoras das áreas plantadas com eucaliptos na região.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. **O desbravamento das selvas do Rio Doce**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1978. Coleção Documentos Brasileiros, 103

BARBIERI, RUIZ et alii. . In PAULA, João Antônio de (coord.). **Biodiversidade, população e economia**: uma região de Mata Atlântica. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997

BRITO, Fausto R. A.; OLIVEIRA, Ana Maria H. C. de e JUNQUEIRA, André C. A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica. In: PAULA, J. A. de (coord.). **Biodiversidade, população e economia**: uma região de Mata Atlântica. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997

CEEA. **Subsídios para estudo da economia do estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: 1959. Série Pesquisas, 3, vol. II

DEAN, Warren. A floresta como fonte de energia na urbanização e na industrialização de São Paulo: 1900-1950. In: Seminário Nacional de História e Energia, 1º, São Paulo, 19 a 23 de Outubro de 1986, **Anais**. São Paulo: Eletropaulo, 1987. Vol. 1

----- . **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1996

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/PROED, 1981

ENSCH, Louis J. **Siderurgia a carvão de madeira**; possibilidades e planos de expansão no Brasil. São Paulo: s. ed., 1953

FERREIRA, Ricardo J. F. A atuação do Polocentro e o desenvolvimento regional. In: **Fundação JP**, Belo Horizonte, vol. 15, n.º 5-6, pp. 3-17, maio-agosto de 1985

GONÇALVES, Múcio Tosta. **Política florestal e interesses agroindustriais no estado de Minas Gerais**: um estudo do Instituto Estadual de Florestas-IEF. Belo Horizonte: 1990. Dissertação de mestrado apresentada ao DCP-UFMG

- . Quais são os rumos da política florestal no Brasil?. In **Vanguarda Econômica**, Belo Horizonte, n.º 3, pp. 73-86, setembro de 1995
- . **Tons do verde no Brasil: subordinação da política florestal à lógica da plantation**. Paper apresentado no Seminário sobre Reforma do Estado, CPDA-UFRRJ, Rio de Janeiro, 19 e 20 de Agosto de 1999
- . et alii. **Exploração florestal, indústria de celulose e ocupação do espaço regional**. Belo Horizonte: maio 1994. Relatório produzido para a Pesquisa Exploração florestal no Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia: seus impactos e as alternativas dos atingidos, da FASE e do IBASE.
- INDI. **Análise do conceito de integração reflorestamento - indústria em Minas Gerais**. Belo Horizonte: 1975
- IGA. **Reflorestamento em Minas Gerais**. Belo Horizonte: 1985
- MACHADO, Carlos W. Costa. **Reestruturação produtiva e trabalho florestal na produção de celulose no Vale do Aço, MG**. Belo Horizonte: 1998. Dissertação de Mestrado apresentada ao CEDEPLAR-UFMG.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: HUCITEC, 1994
- MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso; a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Serviço Florestal. Reflorestamento da região siderúrgica do centro do país. In: **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**, Rio de Janeiro, vol. 4, n.º 4, p. 247-261, 1951
- MONTE-MÓR, Roberto L. de M.; COSTA, Heloísa (coord.) et alii. Ocupação do território e estrutura urbana. In PAULA, J. A. de (coord.). **Biodiversidade, população e economia: uma região de mata atlântica**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997
- MOTTA, Márcia Maria M. Terra, nação e tradições inventadas (uma outra abordagem sobre a Lei de Terras de 1850). In MENDONÇA, Sônia & MOTTA, Márcia M.M. (org.). **Nação e poder: as dimensões da história**. Niterói: EdUFF, 1998
- MURTA, Domício de F. Geografia da agricultura de Minas Gerais. In Minas Gerais. Secretaria de Viação e Obras Públicas. **Plano de Eletrificação de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1950. Vol. I, capítulo XI
- NATRON. **Projeto de expansão da Cenibra S.A. - EIA-RIMA**. Belo Horizonte: 1984
- OSSE, Laércio. Consumo de carbón vegetal y actividades forestales de la siderurgia brasileña. In **Siderurgia Latinoamericana**, Santiago de Chile, n.º 280, pp. 49-78, agosto de 1983
- PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional. In ----- . (org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987
- . O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In LEIS, Hector R. (org.). **Ecologia e política mundial**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fase/Airi/PUC-Rio, 1991
- PEDROSO, Tabajara. Na encruzilhada do deserto. In **Kriterion**, Belo Horizonte, n.º 19/20, pp. 162-192, janeiro - junho de 1952
- RIBEIRO, A. Eduardo M. **A terra e a grande empresa no Vale do Aço**. s.l.e., s.ed., abril 1986. Relatório de Pesquisa, mimeografado
- SEITEC Planejamentos Agro-Industriais. **Desenvolvimento agropecuário da região de influência da CVRD**; estudo básico. São Paulo, novembro de 1969. 2 volumes
- SOUZA, Washington Peluso Albino de. Perspectivas atuais da economia mineira. In **2º Seminário Mineiro de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1956

STRAUCH, Ney. **Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce**. Guia da excursão n. 2, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. 4ª ed. Brasília: Ed. da UnB, 1982. 1ª edição datada de 1914

VALVERDE, Orlando. **Recursos naturais e o equilíbrio das estruturas regionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. Série Paulo de Assis Ribeiro, 7